DocuSign Envelope ID: 8C7D7810-4E53-4BB2-801B-13447BC284EA

EMBRACRED S.A. SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO

CNPJ: 48.703.388/0001-13

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras da EMBRACRED S/A Sociedade de Crédito Direto ("Instituição"), correspondente aos meses de funcionamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensagem da Administração: A EMBRACRED S/A SCD foi constituída originalmente em 25 de outubro de 2021 e em 19 de outubro de 2022 recebeu a autorização para funcionamento pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). Seus atos constitutivos foram homologados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP em 23 de novembro de 2022. É uma "Instituição" financeira de direito privado e capital fechado que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica. Criada pelo desejo de expansão de negócios dos seus controladores, objetivando ampliar a oferta de serviços financeiros e diversificar seu modelo de atuação, ajudando os clientes com novas soluções.

Santana de Parnaíba, 24 de março de 2023.
A Administração.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2022 (Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2022
Circulante		**3.242.362**	**Circulante**		**671**
Caixa e equivalentes de caixa	3a;4	**301.290**	**Outras obrigações**	7	**671**
Depósitos bancários		301.290	Fiscais e previdenciárias		671
Instrumentos financeiros		**2.867.904**	**Patrimônio líquido**	8	**3.241.691**
Títulos e valores mobiliários	3b;5	**2.867.904**	Capital social - Domiciliados no País		2.504.412
Livres		2.867.904	Aumento de capital		735.990
Outros créditos	6	**73.168**	Reservas de lucros		1.289
Diversos		73.168			
Total do Ativo		**3.242.362**	**Total do Passivo e do Patrimônio Líquido**		**3.242.362**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO DE 23 DE NOVEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em reais)

	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros - Legal	Reservas de Lucros - Especial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 23 de novembro de 2022	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	2.504.412	-	-	-	-	2.504.412
Aumento de capital - AGE 29/12/2022	-	735.990	-	-	-	735.990
Lucro líquido do período	-	-	-	-	1.289	1.289
Constituição de reserva legal	-	-	64	-	(64)	-
Transferência do lucro líquido do período	-	-	-	1.225	(1.225)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.504.412**	**735.990**	**64**	**1.225**	-	**3.241.691**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado - Para o Período de 23 de Novembro a 31 de Dezembro de 2022 (Valores expressos em reais)

	Nota	31/12/2022
Receitas de intermediação financeira		**1.960**
Rendas de títulos e valores mobiliários		1.960
Despesas de intermediação financeira		-
Despesas de captação		-
Resultado bruto de intermediação financeira		**1.960**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(92)**
Despesas tributárias	9	(92)
Resultado operacional		**1.868**
Resultado não operacional		-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**1.868**
Imposto de renda e contribuição social		**(579)**
Provisão para imposto de renda	3d;10	(280)
Provisão para contribuição social	3d;10	(299)
Lucro líquido do período		**1.289**
Quantidade de ações	8	2.935.986
Lucro líquido por ação (em reais)	3f	**0,0004**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente para o Período de 23 de Novembro a 31 de Dezembro de 2022 (Valores expressos em reais)

	31/12/2022
Lucro líquido do período	**1.289**
Outros resultados abrangentes	-
Efeitos relacionados aos resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente do período	**1.289**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Período de 23 de Novembro a 31 de Dezembro de 2022 (Valores expressos em reais)

	31/12/2022
Das atividades operacionais	
Lucro líquido do período	**1.289**
Ajustes ao lucro líquido	-
Lucro líquido do período ajustado	**1.289**
Variações em ativos e passivos	
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(2.867.904)
(Aumento) redução em outros créditos	(73.168)
Aumento (redução) em outras obrigações	671
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(2.939.112)**
Das atividades de financiamentos	
Integralização de capital social	2.504.412
Aumento de capital social	735.990
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	**3.240.402**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**301.290**
Caixa e equivalentes de caixa	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	301.290
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**301.290**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022 (Valores expressos em reais)

Nota 1. Contexto Operacional: A **Embracred S.A. Sociedade de Crédito Direto** ("Instituição") é uma instituição financeira de direito privado e capital fechado e tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios; serviços de análise de crédito para terceiros; serviços de cobrança de crédito de terceiros; distribuição de seguro relacionado com as operações de crédito e de financiamento por elas originada, observada, neste caso, a regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). Foi constituída originalmente em 25 de outubro de 2021 e teve a autorização de funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 19 de outubro de 2022. Iniciou suas atividades operacionais a partir de 23 de novembro de 2022, quando da efetiva homologação de seus atos constitutivos na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP. **Nota 2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis: 2.1. Declaração de Conformidade (com Relação às Práticas Contábeis Adotadas no Brasil):** As demonstrações contábeis da Instituição foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas na Resolução BACEN nº 02, Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por ações), com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para a contabilização das operações associadas às normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes. **2.2. Base de Mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos, como instrumentos financeiros os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Uso de Estimativas e Julgamentos:** A elaboração das demonstrações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os ativos fiscais diferidos, as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social, provisão para as demandas cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. **2.4. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** A moeda funcional da Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis, e estão apresentadas em reais. **2.5. Aprovação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Instituição em 23 de março de 2023. **Nota 3. Principais Práticas Contábeis da Instituição:** As principais práticas adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações contábeis da Instituição são: **3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações financeiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias, apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. (Nota 4). **3.2. Títulos e Valores Mobiliários - TVM:** Os Títulos e Valores Mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da empresa, em três categorias distintas, conforme Circular BACEN n.º 3.068/2001: • **Títulos para negociação:** são aqueles que são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício; • **Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais somente serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; • **Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles que são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. (Nota 5) A Instituição classifica sua aplicação em títulos e valores mobiliários na categoria "títulos para negociação", conforme Instrução Normativa BCB nº 268/2022. **3.3. Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes):** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata dia", e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente. **3.4. Imposto de Renda e Contribuição Social:** A provisão para o imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R$ 240 mil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação vigente. A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor é calculada à alíquota de 16%. **3.5. Apuração do Resultado:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando o critério "pro rata dia" para as de natureza financeiras. As rendas e os encargos são apropriados em razão da fluência de seus prazos. **3.6. Lucro por Ação:** É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis. **3.7. Eventos Subsequentes:** Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. Não há eventos subsequentes ocorridos até essa data.

Nota 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2022
Depósitos Bancários	301.290
	301.290

Nota 5. Instrumentos Financeiros - Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2022
Títulos de Renda Fixa - Letras Financeiras do Tesouro	2.867.904
	2.867.904

Nota 6. Outros Créditos

	31/12/2022
Impostos a Recuperar	73.168
	73.168

Nota 7. Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2022
IRPJ a Recolher	280
CSLL a Recolher	299
PIS a Recolher	13
COFINS a Recolher	79
	671

Nota 8. Patrimônio Líquido: Capital Social: O capital social, totalmente integralizado, é de R$ 2.504.412,00 (dois milhões, quinhentos e quatro mil, quatrocentos e doze reais), sendo 2.495.588 (dois milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, quinhentos e oitenta e oito) ações ordinárias nominativas com direito a voto, e 440.398 (quatrocentas e quarenta mil, trezentas e noventa e oito) ações preferenciais nominativas, sem direito a voto, todas sem valor nominal, totalizando 2.935.986 (dois milhões, novecentas e trinta e cinco mil, novecentas e oitenta e seis) de ações. **Aumento de Capital:** Proponente em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2022, o aumento do capital social para R$ 3.240.402,00 (três milhões, duzentos e quarenta mil, quatrocentos e dois reais), no total de R$ 735.990,00 (setecentos e trinta e cinco mil, novecentos e noventa reais), mediante a emissão de 731.000 (setecentos e trinta um mil) ações ordinárias nominativas, com direito ao voto, no valor de R$ 1,00 (um real) cada ação e, a emissão de 128.991 (cento e vinte e oito mil, novecentos e noventa e uma) ações preferenciais nominativas, sem direito a voto no valor de R$ 0,03868 por ação, totalizando 3.795.977 (três milhões, setecentos e noventa e cinco mil, novecentos e setenta e sete) de ações. Encontra-se em processo de aprovação junto ao Banco Central do Brasil (BACEN). **Reservas de Lucros:** A reserva legal é constituída a taxa de 5% sobre o lucro líquido. O saldo remanescente é destinado a reserva especial de lucros, ficando à disposição da Assembleia Geral.

Nota 9. Despesas Tributárias

	31/12/2022
PIS	13
COFINS	79
	92

As contribuições ao PIS e a COFINS são calculadas pelo regime cumulativo a alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente.

Nota 10. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2022
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	1.868
Adições (Exclusões)	-
Base de Cálculo IRPJ e CSLL	1.868
Imposto de Renda Apurado	**280**
Contribuição Social Apurada	**299**

Nota 11. Outras Informações: Gerenciamento de Risco: A Instituição encontra-se em fase inicial de suas operações e, portanto, em pleno desenvolvimento da atividade de gerenciamento de riscos quanto ao desenvolvimento e implantação de metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. **Gerenciamento de Capital:** O gerenciamento de capital do Conglomerado em que a Instituição integra, tem o objetivo de estabelecer uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento de seus negócios e operações, de acordo com seu plano estratégico, através de um processo contínuo de monitoramento e controle da sua suficiência, suportado por governança que estabelece diretrizes para assegurar a adequação aos limites regulatórios. Índices de suficiência de capital estão sendo calculados e implantados em atendimento às disposições contidas em Resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional – CMN.

A Diretoria | **Suely Cristina da Silva Lima** - Contadora - CRC 1SP155.421/O-0

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

Aos Acionistas e Administradores da **Embracred S.A. Sociedade de Crédito Direto** - Santana do Parnaíba - SP. Revisamos as demonstrações contábeis da **Embracred S.A. Sociedade de Crédito Direto** ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações contábeis com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações contábeis (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Uma revisão de demonstrações contábeis de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguração limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas. Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis. **Conclusão:** Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações contábeis não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Embracred S.A. Sociedade de Crédito Direto** ("Instituição") em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 24 de março de 2023.
Irmãos Campos & Cerboncini Auditores Associados
CRC 2 SP 013.900/O-8
Fábio Cerboncini - Sócio Contador - CRC 1 SP 079.347/O-3

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo - Instituto Jô Clemente

(Anteriormente denominado APAE DE SÃO PAULO)
CNPJ nº 60.502.242/0001-05

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2022	2021
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.423	3.735	Fornecedores	10	3.937	2.909
Recursos vinculados	4	10.937	4.465	Obrigações trabalhistas	9	5.587	4.320
Recursos fundo patrimonial	4	99.089	9.659	Empréstimos e financiamentos	11	3.383	-
Contas a receber	5	7.880	8.025	Obrigações com projetos	14.2	9.259	7.112
Estoques		1.744	1.993			**22.166**	**14.341**
Outras contas a receber		1.698	368	**Não circulante**			
Reembolso de projetos	6 | 14.2	5.093	3.383	Reembolso de projetos	14.2	4.350	2.404
		131.864	**31.628**			**4.350**	**2.404**
Não circulante				**Patrimônio líquido**			
Reembolso de projetos	6 | 14.2	4.264	2.404	Patrimônio social	13	17.223	12.730
Depósitos judiciais		27	27	Reserva de reavaliação	13.1	989	1.184
Imóveis destinados a venda	7.1	70	70	Fundo patrimonial	13.2	99.089	9.659
Propriedade para investimentos	7	1.366	1.416	Superavit acumulado		7.068	4.493
Imobilizado	8	11.123	8.623			**124.369**	**28.066**
Intangível		2.171	643				
		19.021	**13.183**				
Total do ativo		**150.885**	**44.811**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**150.885**	**44.811**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Fundo Patrimonial	Superávits (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**12.879**	**1.379**	**9.145**	**(149)**	**23.254**
Incorporação, ao patrimônio social, do déficit remanescente do exercício de 2020 após a transferência realizada para o fundo patrimonial	(149)	-	-	149	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(195)	-	195	-
Superávit do exercício	-	-	-	4.812	4.812
Transferência para o Fundo Patrimonial da doação recebida do inventário da Sra. Maria de Camargo Dalia e dos rendimentos auferidos com os respectivos recursos	-	-	514	(514)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**12.730**	**1.184**	**9.659**	**4.493**	**28.066**
Incorporação, ao patrimônio social, do superavit remanescente do exercício de 2021 após a transferência realizada para o fundo patrimonial	4.493	-	-	(4.493)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(195)	-	195	-
Superávit do exercício	-	-	-	96.303	96.303
Transferência para o Fundo Patrimonial da doação recebida do inventário da Sra. Maria de Camargo Dalia e dos rendimentos auferidos com os respectivos recursos	-	-	89.430	(89.430)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**17.223**	**989**	**99.089**	**7.068**	**124.369**

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Receitas operacionais	Nota explicativa	2022	2021
Sem restrições			
Vendas de serviços, mercadorias, eventuais e doações	14.1	55.157	51.487
Receitas com trabalhos voluntários	3.14	187	128
		55.344	**51.615**
Com restrições			
Receita de projetos e subvenções	14.2	11.918	6.514
		11.918	**6.514**
Receita bruta		**67.262**	**58.129**
Custos e despesas operacionais			
Sem restrições			
Pessoal e encargos sociais	15	(28.108)	(25.753)
Administrativas e gerais	16	(26.561)	(23.980)
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa		(408)	(390)
Depreciação e amortização		(977)	(1.294)
Despesa com trabalhos voluntários	3.14	(187)	(128)
		(56.241)	**(51.545)**
Com restrições			
Pessoal e encargos sociais		(4.829)	(2.302)
Administrativas e gerais		(907)	(202)
		(5.736)	**(2.504)**
Superávit operacional bruto		**5.285**	**4.080**
Outras despesas e receitas operacionais, líquido			
Doação Inventário (Fundo Patrimonial)	4.3	84.964	590
Outras receitas		463	-
Superávit antes do resultado financeiro		**90.712**	**4.670**
Resultado financeiro, líquido			
Receitas financeiras	17	6.231	639
Despesas financeiras	17	(640)	(497)
		5.591	**142**
Superávit do exercício		**96.303**	**4.812**

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	2022	2021
Superávit do exercício	**96.303**	**4.812**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**96.303**	**4.812**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Superávit do exercício	**96.303**	**4.812**
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	977	1.294
Perda estimada em contas a receber	18	37
Baixa efetiva de títulos a receber	390	427
	97.688	**6.570**
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (redução) nos ativos em:		
Recursos Vinculados a projetos	(6.472)	1.656
Contas a receber	(263)	(1.726)
Estoques	249	(39)
Outras contas a receber	(1.330)	249
Reembolso de projetos	(3.570)	(4.310)
Aumento (redução) nos passivos em:		
Fornecedores	1.027	(1.147)
Salários, férias e encargos sociais	1.267	1.185
Obrigações com projetos	4.093	4.631
Caixa líquido proveniente das/(utilizado nas) atividades operacionais	**(4.999)**	**499**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(3.427)	(1.984)
Aquisição de intangível	(1.528)	(544)
Baixa de propriedade para Investimentos	-	50
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(4.955)**	**(2.478)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	3.383	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**3.383**	-
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	**91.117**	**4.591**
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa equivalente de caixa em 1º de janeiro	13.395	8.804
Caixa equivalente de caixa em 31 de dezembro	104.512	13.395
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	**91.117**	**4.591**

Michel Fabio Brull
Presidente do Conselho

Hailton Oliveira Mendes Júnior
Contador
CRC: 1SP323706

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À Administração e ao Conselho de Administração da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo - Instituto Jô Clemente** - São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo - Instituto Jô Clemente ou ("Entidade")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo - Instituto Jô Clemente, e**m 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam-as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2023.

BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/O-8

Celso Luiz da Costa Lobo
Contador
CRC 1 SP 251526/O-6

As Demonstrações Financeiras na Íntegra Encontram-se à Disposição na Sede da Associação

VITTIA FERTILIZANTES E BIOLÓGICOS S.A.

CNPJ/ME n° 45.365.558/0001-09 - NIRE 35.300.530.152 - *Companhia Aberta de Capital Autorizado*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Na forma das disposições legais e estatutárias, ficam convocados os Senhores Acionistas da **Vittia Fertilizantes E Biológicos S.A.** ("Companhia") para se reunir em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleia"), a ser realizada às 9h do dia 28 de abril de 2023, de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), que será considerada realizada na sua sede social, situada na Cidade de São Joaquim da Barra/SP, à Avenida Marginal Esquerda, nº 2.000, Via Anhanguera Km 383, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomada das contas dos administradores e exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do relatório da administração, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022; **(ii)** proposta da administração sobre o orçamento de capital da Companhia para o exercício social de 2023; **(iii)** proposta para destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2022; **(iv)** a fixação de 5 membros para o mandato do Conselho de Administração; **(v)** a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como a indicação, dentre os conselheiros eleitos, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração; **(vi)** enquadramento dos candidatos aos cargos de membros independentes do Conselho de Administração aos critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento Novo Mercado"); e **(vii)** fixação da remuneração global anual dos administradores e dos Conselho Fiscal da Companhia, caso os acionistas requeiram a sua instalação, para o exercício social de 2023. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i)** aprovar a alteração da razão social para Vittia S.A.; **(ii)** uma vez aprovada a alteração da razão social, aprovar a alteração do estatuto social da Companhia para adequar a redação de seu artigo 1º; e **(iii)** autorizar os administradores a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima, caso aprovadas. O percentual mínimo de participação no capital votante necessário à solicitação do sistema de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração será de 5% (cinco por cento), conforme Resolução da CVM nº 70, de 22/3/2022 ("Resolução CVM 70"). A requisição do referido processo de voto múltiplo deverá ser encaminhada por escrito à Companhia até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização da Assembleia. **Participação na Assembleia:** Os acionistas que desejarem participar da AGOE por meio da plataforma digital Ten Meetings ("Plataforma Digital") deverão acessar o endereço eletrônico https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=D16A-B5AA8FCE, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na AGOE, conforme indicados abaixo, com, no mínimo, 5 dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até às 23h59min do dia 23/4/2023, conforme orientações previstas neste Edital de Convocação e na Proposta da Administração disponibilizados nesta data pela Administração da Companhia ("Cadastro"). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu *login* e senha individual para acessar a plataforma por meio do *e-mail* utilizado para o Cadastro. No caso de procurador/representante, este deverá realizar o Cadastro com seus dados no mesmo endereço eletrônico da plataforma Ten Meetings indicado acima, indicando também cada acionista que irá representar e anexando os documentos indicados abaixo. O procurador/representante receberá *e-mail* individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos. O procurador/representante que porventura representar mais de um acionista somente poderá votar na AGOE pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. O acionista que participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá exercer os seus respectivos direitos de voto e será considerado presente e assinante da ata, na forma do artigo 47 da Resolução CVM 81. O acionista que comprovada e devidamente tiver solicitado a participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital e não tenha recebido da Companhia o *e- mail* com as instruções para acesso até às 16h do dia 26/4/2023 deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone +55 (16) 3600-8688 ou pelo *e- mail* ri@vittia.com.br para suporte. Verificada a regularidade dos documentos de representação enviados nos termos acima, as informações e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, mas sem limitação, o *login* e a senha individuais de acesso, que autorizará apenas um único acesso à Assembleia, serão encaminhadas após a habilitação a ser confirmada pela Companhia por e-mail, para cada acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) que tenha efetuado o regular Cadastro. Em caso de necessidade de complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais em relação aos documentos enviados para fins do Cadastro, representantes da Companhia entrarão em contato com o acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) para solicitar tal complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais em tempo hábil que permita o envio das informações e orientações para acesso à Plataforma Digital no prazo referido acima. A Companhia disponibilizará suporte para acesso à Plataforma Digital no telefone ora referido até 2 horas antes do horário marcado para o início da Assembleia. Ainda, a Companhia recomenda que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da Plataforma Digital e garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização desta (por vídeo e áudio). Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso na forma e prazos previstos acima. Na data da Assembleia, o registro da presença do acionista somente se dará mediante o acesso do sistema eletrônico, conforme instruções e nos horários e prazos divulgadas pela Companhia. **O acesso** à **Plataforma Digital deverá ocorrer exclusivamente por computador.** Assim, a Companhia solicita que os acionistas acessem a Plataforma Digital com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para o início da Assembleia, a fim de permitir a validação do seu acesso. A administração esclarece que não será permitido o acesso à Assembleia por meio da plataforma digital após o horário previsto para o seu início. O acesso à Assembleia via Plataforma Digital estará restrito aos acionistas ou a seus representantes ou procuradores ("Participantes"), aos administradores da Companhia e às demais pessoas cuja presença seja obrigatória por força de lei ou da regulamentação aplicável. A Companhia desde já informa que não autorizará a participação na AGOE de qualquer Participante que não tenha solicitado o *link* de acesso no prazo acima indicado, assim como para os Participantes que solicitaram o *link*, mas o fizeram sem apresentar os documentos de participação necessários no prazo acima indicado. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da Plataforma Digital que não estejam sob controle da Companhia. A Companhia, observando o disposto na Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e na regulamentação em vigor, demanda como requisito para a admissão em Assembleia, a apresentação pelos acionistas ou por seus representantes, dos seguintes documentos: (a) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; (b) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações; (c) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, datado de até dois dias úteis antes da realização da Assembleia; e (d) na hipótese de representação do acionista, instrumento de procuração, o qual deverá (i) ter sido outorgado em conformidade com as disposições do § 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, (ii) apresentar firmas reconhecidas. Adicionalmente, o acionista, seu representante legal ou o mandatário, conforme o caso, deverá apresentar, no mesmo endereço eletrônico da Plataforma Digital indicado acima, os seguintes documentos comprobatórios de identidade: (a) documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) ("Documento de Identidade"), para as pessoas físicas; (b) cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado com evidência de registro na junta comercial competente e da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como Documento de Identidade dos representantes legais, para as pessoas jurídicas; e (c) cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador, com as devidas evidências de registro no órgão competente, além da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como Documento de Identidade dos representantes legais, para os fundos de investimento. No caso das pessoas jurídicas estrangeiras, a documentação que comprova os poderes de representação deverá passar por processo de notarização e consularização. Documentos redigidos em outras línguas, nos termos do Decreto-Lei nº 4.657, de 4/9/1942, conforme alterado, só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada. Nos termos da Convenção Sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada em 5/10/1961, e promulgada pelo Decreto nº 8.660, de 29/1/2016, fica dispensada a consularização de documentos estrangeiros emitidos em países signatários da mencionada convenção, desde que observados todos os seus termos e condições. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4/11/2014). **Documentos** à **disposição dos Acionistas:** Encontram-se à disposição dos acionistas nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia (ri.vittia.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br), os documentos exigidos pela Resolução CVM 81. Os acionistas interessados em sanar dúvidas relativas aos itens acima, detalhados na Proposta da Administração, poderão contatar a área de Relações com Investidores, por meio do telefone +55 (16) 3600- 8688 ou via *e-mail*: ri@vittia.com.br. **Boletim de Voto a Distância ("BVD"):** A Companhia adotará sistema de voto à distância, podendo o acionista que assim desejar, exercer seu direito de voto por meio do BVD enviando as suas instruções de voto (i) por meio de seu agente de custódia (caso prestem esse tipo de serviço), (ii) por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, por meio dos canais por ele disponibilizados, ou (iii) diretamente à Companhia por *e-mail*, acompanhado dos documentos indicados acima. São Joaquim da Barra, 29/3/2023. Francisco Guilherme Romanini - **Presidente do Conselho de Administração** (29, 30 e 31/3)

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO INTERIOR - DEINTER 8
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE PRESIDENTE PRUDENTE
DELEGADO DE POLÍCIA DR. LEONARDO MENDONÇA RIBEIRO SOARES
EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA nº 01/23
AVISO DE LICITAÇÃO:

Encontra-se aberta na UGE 180112 – Delegacia Seccional de Polícia de Presidente Prudente, sita a Rua Dr. Gurgel, 720, centro, Presidente Prudente/SP – CEP 19.015-140.
Processo: SIAFEM Nº 20221427954 / DSP Nº 115/22
Objeto: contratação de empresa especializada em obra para reforma com ampliação da nova sede da Delegacia Seccional de Polícia de Presidente Prudente.
Abertura: **04/MAI/23** as 09h00m, na Delegacia Seccional de Polícia de Presidente Prudente à Rua Dr. Gurgel nº 720, Centro, Presidente Prudente/SP – CEP 19.015-140, no Setor de Licitações e Contratos.
As empresas interessadas em participar do certame poderão retirar o Edital pelo site: www.e-negociospublicos.com.br ou no ato da visita técnica, munidos de Pen Drive para gravação do Edital e seus Anexos, de forma completa, que poderá ser feita a partir de **03/ABR/2023** de segunda a sexta-feira no horário das 09h00m às 17h00m. Demais esclarecimentos e agendamentos no endereço eletrônico lauri.junior@policiacivil.sp.gov.br ou pelo telefone (18) 3221-9300 – ramal 225 das 09h00m às 17h00m, Setor de Licitações e Contratos.

Publique em jornal de grande circulação.

Ligue já: 11. 3729-6600

FDE FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO | **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO** | **GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

FDE AVISA: ABERTURA DE LICITAÇÃO (TIPO TÉCNICA E PREÇO) - PROJETO

A FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FDE comunica às empresas interessadas que acha-se aberta licitação para execução de Projeto Executivo:

· **TOMADA DE PREÇOS Nº:** 46/00006/23/02 - FDE-PRC-2023/00214 – **OBJETO:** PROJETO EXECUTIVO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO - **PRÉDIO(S) / LOCALIZAÇÃO(ÕES):** EE ADELAIDE PATROCINIO DOS SANTOS - RUA MARCILIO DIAS, 82 - CEP: 11700-420 - BOQUEIRAO - PRAIA GRANDE-SP – **ABERTURA DA LICITAÇÃO (DIA E HORA):** 09/05/2023, às 11:00 hs.

O Edital poderá ser obtido gratuitamente nos endereços eletrônicos http://www.imprensaoficial.com.br e www.fde.sp.gov.br.

A(s) planilha(s) Quantitativa(s) de Serviços e Preços deverá(ao) ser dispostas em formato **BIN** (arquivo de retorno - **RET**), gerada(s) **OBRIGATORIAMENTE** através do aplicativo **DIGITAGRP**, o qual deverá ser instalado individualmente por pessoa jurídica (CNPJ), para serem inserida(s) em CD-ROM - (APLICATIVO **DIGITA GRPV5003** PLANILHA QUANTITATIVA - versão JANEIRO / **2021** http://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/PesquisaLicitacoes.aspx?codigoMenu=28) (MANUAL DE INSTALAÇÃO- http://file.fde.sp.gov.br/portalfde/Arquivo/DocLicitacoes/Manual_do_Sistema_de_Digitacao_de_Propostas_Versao_para_o_site.pdf) através do endereço eletrônico www.fde.sp.gov.br – Licitações.

A(s) planilha(s) Quantitativa(s) de Serviços e Preços deverá(ao) ser(em) adquirida(s) através do endereço eletrônico www.fde.sp.gov.br - Licitações.

Os invólucros contendo as PROPOSTAS TÉCNICAS, as PROPOSTAS COMERCIAIS e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, juntamente com a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, Declaração de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e Declaração de enquadramento como cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, deverão ser entregues devidamente acompanhados da **Comprovação da condição de ME/EPP/COOPERATIVA, conforme o caso, no ato de abertura da sessão,** na Sala de Licitações no 1º Andar – Gerência de Licitações da Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE, na Av. São Luís, 99 - São Paulo - SP.

Esta Licitação será processada em conformidade com a LEI FEDERAL nº 8.666/1993, pela Lei Estadual nº 6.544/1989, com as alterações da Lei Estadual nº 13.121/2008, pelo Decreto Estadual nº 56.565/2010, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07/08/2014 e pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie e com o disposto no TERMO DE REFERÊNCIA - TR, parte integrante do edital. A opção da Administração por licitar de acordo com a Lei Federal nº 8.666/1993 e as normas mencionadas no parágrafo anterior observa o disposto no artigo 191 combinado com o inciso II do artigo 193 da Lei Federal nº 14.133/2021.

ROBERTO POMPEI GOUVEIA
Gerente de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOUVEIRA

COMUNICADO DE RETIFICAÇÃO E REABERTURA

A Prefeitura Municipal de Louveira informa que foi retificado o edital da **Concorrência nº 003/2023**, objetivando a concessão para exploração dos serviços públicos de administração, remoção, transporte e guarda de veículos abandonados em vias públicas, legalmente apreendidos como medida administrativa ou por infração à legislação de trânsito, bem como a implantação, operação e gerenciamento de pátio destinado à guarda de veículos e preparação, planejamento, avaliação técnica, organização e apoio ao poder público para realização de leilões de veículos, sendo reaberto o prazo e ficando a data da sessão para o dia **03 de maio de 2023**, às **09:30 horas**. O edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na internet, no endereço eletrônico **www.louveira.sp.gov.br**. Outras informações pelo telefone (19) 3878-9700. Louveira, 30 de março de 2023. **MARCELO SILVA SOUZA** - Secretário de Administração.

MUNICÍPIO DE ITAPORANGA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 048/2023. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL E ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA/SP. RETIRADA DO EDITAL: WWW.ITAPORANGA.SP.GOV.BR. INFORMAÇÕES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA/SP – RUA BOM JESUS, 738 – SEGUNDA A SEXTA-FEIRA (08H ATÉ 11H30 E 13H ATÉ 17H) – FONE (15)3565-1397 – OP. 03. ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: DIA 15/04/2023 ÀS 09H.

MUNICÍPIO DE ITAPORANGA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 010/2023. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO CONVÊNIO 100686/2022. RETIRADA DO EDITAL: WWW.ITAPORANGA.SP.GOV.BR. INFORMAÇÕES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA/SP – RUA BOM JESUS, 738 – SEGUNDA A SEXTA-FEIRA (08H ATÉ 11H30 E 13H ATÉ 17H) – FONE (15)3565-1397 – OP. 03. PRAZO DE VISTORIA (FACULTATIVO): ATÉ O DIA 14/04/2023. EMISSÃO DE CADASTRO: ATÉ O DIA 12/04/2023. RECEBIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ÀS 09H DO DIA 17/04/2023.

MUNICÍPIO DE ITAPORANGA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 011/2023. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO CONVÊNIO 101113/2022. RETIRADA DO EDITAL: WWW.ITAPORANGA.SP.GOV.BR. INFORMAÇÕES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA/SP – RUA BOM JESUS, 738 – SEGUNDA A SEXTA-FEIRA (08H ATÉ 11H30 E 13H ATÉ 17H) – FONE (15)3565-1397 – OP. 03. PRAZO DE VISTORIA (FACULTATIVO): ATÉ O DIA 14/04/2023. EMISSÃO DE CADASTRO: ATÉ O DIA 12/04/2023. RECEBIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ÀS 10H DO DIA 17/04/2023.

MUNICÍPIO DE ITAPORANGA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 015/2023. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO CONVÊNIO 101112/2022. RETIRADA DO EDITAL: WWW.ITAPORANGA.SP.GOV.BR. INFORMAÇÕES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA/SP – RUA BOM JESUS, 738 – SEGUNDA A SEXTA-FEIRA (08H ATÉ 11H30 E 13H ATÉ 17H) – FONE (15)3565-1397 – OP. 03. PRAZO DE VISTORIA (FACULTATIVO): ATÉ O DIA 14/04/2023. EMISSÃO DE CADASTRO: ATÉ O DIA 12/04/2023. RECEBIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ÀS 13H30MIN DO DIA 17/04/2023.

MUNICÍPIO DE ITAPORANGA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 013/2023. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO E CONCLUSÃO DA OBRA DENOMINADA QUADRA POLIESPORTIVA NO BAIRRO CRUZEIRINHO. RETIRADA DO EDITAL: WWW.ITAPORANGA.SP.GOV.BR. INFORMAÇÕES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA/SP – RUA BOM JESUS, 738 – SEGUNDA A SEXTA-FEIRA (08H ATÉ 11H30 E 13H ATÉ 17H) – FONE (15)3565-1397 – OP. 03. PRAZO DE VISTORIA (FACULTATIVO): ATÉ O DIA 20/04/2023. EMISSÃO DE CADASTRO: ATÉ O DIA 17/04/2023. RECEBIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ÀS 14H DO DIA 20/04/2023.

DocuSigned by:
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2023 23:19:45 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site *https://flip.gazetasp.com.br*